

NOTAS PARA OS ESTUDOS DE TRABALHADORES DE BARRAGENS: UM RETRATO DE BELO MONTE E ALTAMIRA NO INÍCIO DE 2014

Raoni Machado GIRALDIN*

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de minha pesquisa de mestrado, no qual discuto a situação da cidade de Altamira, estado do Pará, no início do ano de 2014, em virtude da presença de trabalhadores das obras do Complexo Hidrelétrico Belo Monte. Aqui trago reflexões sobre os estudos de empreendimentos hidrelétricos nas ciências sociais, faço uma descrição do meio urbano de Altamira e região e termino levantando questões sobre o lugar dos trabalhadores nos estudos sobre barragens e qual a importância que o ambiente urbano recebe neste contexto.

PALAVRAS CHAVE: Trabalhadores. Hidrelétricas. Altamira. Belo Monte. Espaço urbano.

A problemática das obras hidrelétricas para as ciências sociais.

No que diz respeito à construção de hidrelétricas enquanto tema de pesquisa, as ciências sociais costumam se centrar nos territórios e populações impactados. Isto ocorre tanto devido ao interesse da antropologia pelo estudo de comunidades indígenas, rurais e ribeirinhas, nas quais as barragens se tornam uma questão (DIAMOND; POIRIER, 2010; KARPINSK, 2007; OLIVEIRA FILHO; COHN, 2014; PAZ, 2006; VIANA, 2003), quanto à participação de antropólogos na elaboração dos estudos de impacto de projetos hidrelétricos (ASSIS, 2007). Este artigo, por sua vez, explora questões relativas às populações que habitam a área do projeto hidrelétrico e às instituições públicas e privadas recém-chegadas para ali atuar.

* Mestre em Antropologia Social. UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 - raoni.giraldin@gmail.com.

As transformações em Altamira, onde estão concentradas muitas das atividades do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), refletem a complexidade da relação entre as empresas que constroem hidrelétricas e os locais nos quais elas se instalam. A hidrelétrica de Belo Monte é um projeto que foi revisto ao longo de trinta anos. Sua construção, inicialmente pensada para ocorrer assim que a hidrelétrica em Tucuruí fora erguida, na passagem da década de 1980 para 1990, foi atrasada em mais de 20 anos, em meio a intensos embates políticos.

A constituição de Altamira como um centro regional da Transamazônica precedeu a sua atual condição de cidade anexa a uma grande obra. Entre os investimentos agrários para a ocupação da região e a atual implementação do aproveitamento hidrelétrico, a cidade cresceu e se complexificou. Em 2010, continha 99.075 habitantes, de acordo com o censo do IBGE daquele ano (IBGE, 2010). As estimativas locais de crescimento populacional, em decorrência de Belo Monte, apontam um aumento de 25 a 40 mil pessoas. Esta é uma estimativa bastante incerta, dada a flutuação característica do mercado de trabalho próprio a uma grande obra (RIBEIRO, 1991).

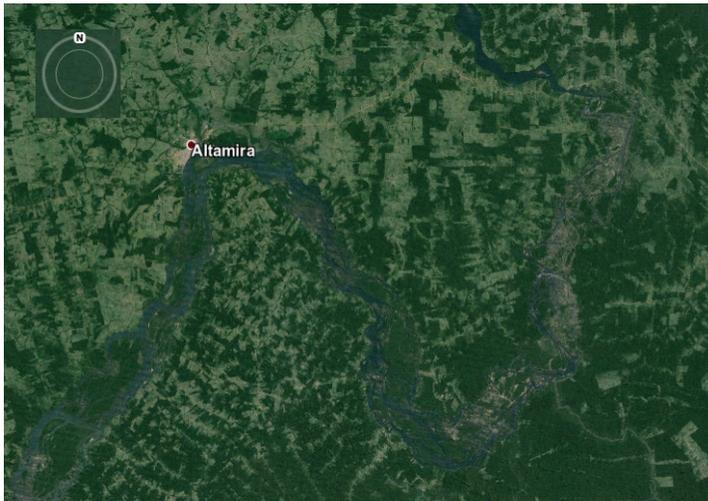
A etnografia que realizei durante minhas pesquisas no mestrado, levou em consideração, prioritariamente, a presença do Consórcio Construtor Belo Monte na cidade de Altamira. Ela está inscrita em um período específico, que compreende as obras da construção civil, posteriores ao processo de licitação e de consultas municipais, e anterior à montagem das turbinas e demais equipamentos que gerarão a energia. Os dados acerca de eventos cronologicamente anteriores são oriundos de pesquisas publicadas na forma de trabalhos acadêmicos, artigos em periódicos, documentos de acesso público e de notícias veiculadas na televisão e internet. Fazer uma etnografia na cidade durante a execução das obras é como “tirar um retrato”, apresentando situações pontuais que se encadeiam a processos maiores. No começo do ano de 2014, as obras estavam “no ápice”, quando a quantidade total de trabalhadores atingia um número que tenderia a decrescer nas subseqüentes etapas da construção.

A previsão para o início da geração de eletricidade em Belo Monte era novembro 2015, quando as turbinas na casa de força complementar, na barragem do Sítio Pimental, começariam a funcionar, dando início ao enchimento do reservatório da usina. Nesse momento, esperava-se que as obras estivessem avançadas e concentradas na finalização da barragem principal, no Sítio Belo Monte. Notícias recentes, entretanto, mostram como que este prazo está sendo revisto, uma vez que o IBAMA não autorizou o funcionamento da hidrelétrica, em decorrência do descumprimento de exigências ambientais.

As obras da hidrelétrica estão em áreas do município de Vitória do Xingu, em um trecho a jusante de Altamira. O núcleo urbano de Altamira fica na divisa das áreas municipais com o município vizinho, no início do trecho em que o Rio Xingu faz uma grande curva¹. O sistema de transporte viário é responsável pela sua definição na geopolítica regional. Apesar de estar bem no centro do estado do Pará, Altamira é considerada como parte do sudoeste paraense. Em termos dos novos acordos econômicos, mantém mais contato com a Transamazônica e os municípios a leste do que com as grandes áreas extrativistas ao sul, em direção à divisa com Mato Grosso.

Essa característica do município transparece nos fóruns de debate acerca do AHE Belo Monte e as populações do Xingu. Com o abandono de projetos anteriores, em prol da concentração das atividades na Volta Grande, muitas questões ainda reverberam nas populações que utilizam o rio como um todo e que demandam mais atenção às áreas a montante. A execução de projetos de desenvolvimento cria, ao definir as bases de seu interesse econômico e alcance técnico, diferentes espacialidades, que são arranjos estratégicos para a sua realização (CRUZ, 2010; ROCHA, 2014). Os impactos positivos e negativos de um empreendimento como esse são espacialmente definidos.

Mapa 1 – Altamira e a Volta Grande do Xingu.



Fonte: Google Earth.

¹ Este trecho do Xingu é conhecido por “Volta Grande” e é caracterizado por uma acentuada curva, originalmente conhecido por uma grande quantidade de cacheiras e corredeiras (ver mapa 1).

O caso de Altamira guarda semelhanças com o sistema fábrica/vila operária, no qual a instalação de uma unidade industrial constitui-se pela imobilização da força de trabalho, pela qual uma mesma empresa fornece trabalho e moradia. Esta é uma temática explorada etnograficamente por Leite Lopes (1988). Essa noção de “sistema” combina moradia, transporte e trabalho coordenados por decisões tomadas por uma mesma entidade. O espaço urbano criado reflete as hierarquias do ambiente de trabalho direta ou indiretamente. O consórcio construtor e, acima dele, a Eletronorte, criam um sistema desse tipo em Altamira, mas que está submetido à sua futura retração, dado o regime temporal da indústria da construção civil pesada engajada em uma hidrelétrica.

Na execução de grandes obras, a indústria de construção civil pesada instala seus acampamentos e acessa determinados recursos e serviços de centros urbanos próximos, simultaneamente à obra propriamente dita, como o caso da “Cidade Livre” na construção de Brasília (RIBEIRO, 2008), ou em cidades preexistentes. Altamira concentra ambientes estratégicos para as empresas da construção civil assim como espaços de consumo e recreação.

A cidade, nesse caso, faz parte de um duplo processo de produção/uso. A sua relação com a expansão econômica que caracteriza a execução de obras de infraestrutura é um exemplo de como a urbanização é um processo paralelo à expansão do modelo econômico industrial na economia capitalista (LEFEBVRE, 2000). O complexo extrativista do alumínio na Amazônia, aliado ao uso intensivo de fontes hidrelétricas, provocou alteração na população urbana nas cidades na região centro-norte do estado do Pará que seguiram as ondas de investimentos econômicos.

A ocupação urbana relacionada com o crescimento industrial no estado, seguindo um modelo de ocupação e exploração, teve como frentes importantes os assentamentos da Transamazônica, no sentido Leste-Oeste, e também as reservas de bauxita no noroeste paraense, em ligação com os portos nas regiões de Belém e São Luis, no Maranhão. Os municípios, enquanto uma rede conectada, têm como pontos de concentração as regiões que atraem investimentos atrelados à exploração hídrica e mineral. Dessa forma, formatam-se as cidades, abrindo novas “fronteiras” para a exploração econômica a partir de rios e de grandes trechos de floresta. O capital atrai populações e estabelece um modo de urbanização que relaciona as noção de fluxos e fronteiras (HANNERZ,

1997). Os fluxos são de pessoas e de capital e as fronteiras existem na medida em que o “vazio” estaria adiante. Estas fronteiras não correspondem somente à dimensão cartográfica que, tratando-se do crescimento econômico, acarreta no estabelecimento de marcos a serem alcançados, de acordo com a oferta de recursos no território. O argumento de Hannerz (1997) é uma tentativa de relacionar o estabelecimento destas fronteiras com o surgimento de novos sujeitos a serem pesquisados, os *híbridos*. Tomo esta reflexão como ponto de partida para pensar no caso dos trabalhadores de Belo Monte e dos moradores de Altamira, onde a expansão das fronteiras econômicas possui atores específicos e multifacetados.

A temporalidade específica de um projeto hidrelétrico, que submete os centros urbanos a rápido crescimento, cria um cenário disjuntivo, tanto temporal quanto espacialmente (ROCHA, 2014). Humberto Rocha faz referência à maneira como a construção de uma hidrelétrica é um processo de criação de diferenças entre os grupos representados pelos consórcios construtores e aqueles oriundos de grupos atingidos por barragens. Desta forma, afirmo seu caráter disjuntivo, tanto espacial quanto temporalmente, como uma forma de qualificar o estado dos núcleos urbanos próximos a esses grandes projetos. O ritmo dos eventos, assim como suas alterações no espaço urbano não ocorre segundo um “projeto político democrático-participativo” (ROCHA, 2014, p. 259) e promove o acirramento das diferenças socioeconômicas locais a partir do modo de ação das empresas interessadas na atuação econômica passageira. Neste sentido, o cenário de Belo Monte é especialmente preocupante, dadas as condições com as quais as licenças para a construção foram inicialmente liberadas, sem a total contrapartida em termos das medidas condicionantes que serão esmiuçadas mais adiante.

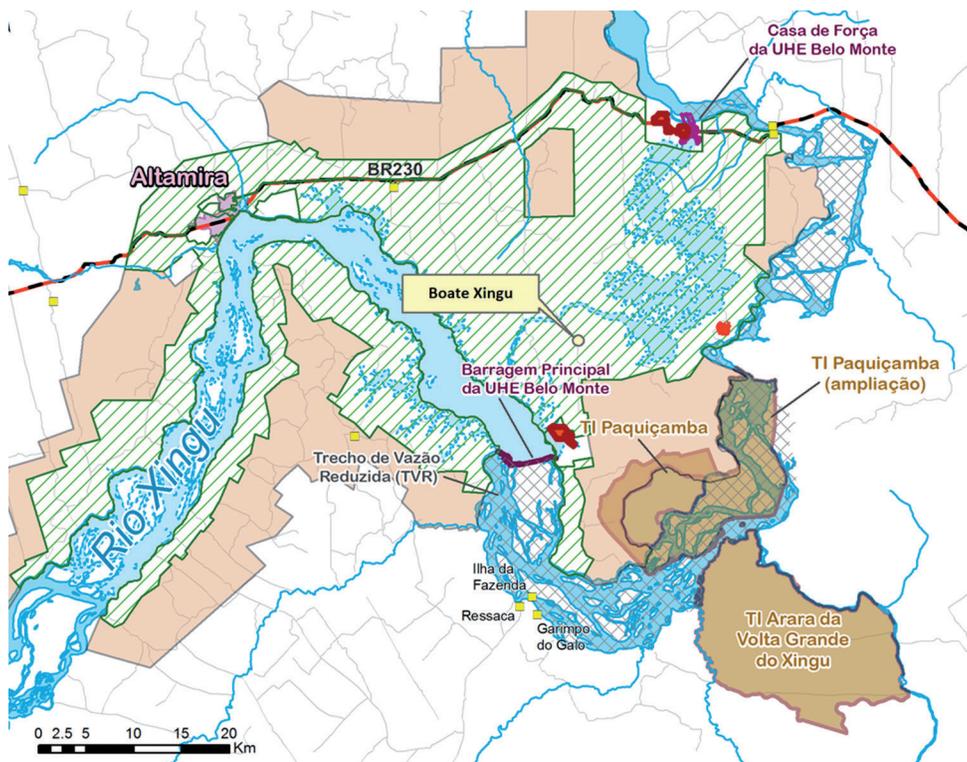
A construção de hidrelétricas é, assim, parte de um processo contínuo de expansão das fronteiras econômicas. O estudo do caso do núcleo urbano de Altamira, à luz do processo de industrialização da Amazônia, permite a visualização de cenários futuros. Assim, como já vem desenhando-se o aproveitamento hidrelétrico do Tapajós, não é possível dizer com certeza que o Xingu está imune a novos empreendimentos a médio ou a longo prazos.

O caso de Belo Monte.

A relação que o AHE Belo Monte estabelece com o contexto político e econômico, associada ao fato de que esta será a maior hidrelétrica totalmente brasileira, atrai holofotes sobre a sua execução, iluminando-a enquanto um caso no qual a política energética brasileira como um todo passa a ser debatida. Um projeto executado serve como experiência para as partes interessadas. Já os problemas de ordem social e ambiental junto a populações afetadas são um dos principais instrumentos de reivindicação das partes contrárias, engajadas nas discussões que circulam nas consultas locais e nos protestos em Brasília.

A construção do AHE Belo Monte concentra-se em três canteiros de obras: Belo Monte, Pimental e o responsável pelos Canais e Diques. Os dois primeiros são nomeados a partir de propriedades rurais adquiridas no contexto da instalação do projeto. Belo Monte é o maior deles e comporta os prédios destinados à acomodação de trabalhadores, além de escritórios administrativos do consórcio: setor financeiro, imprensa e relações públicas. Pimental é o segundo maior canteiro, estando responsável pelas obras na primeira barragem e na casa de força secundária. Assim como em Canais e Diques, onde estão sendo construídos os canais de adução, Pimental é composto pelas obras em realização e pelos alojamentos de trabalhadores. Canais e Diques e Pimental estão próximos entre si, dada a característica da obra, na qual os canais de adução partem de um trecho logo antes do primeiro barramento. O acesso aos acampamentos de ambos os canteiros é feito através da Transamazônica, num trecho a cerca de 25 quilômetros de distância de Altamira, seguindo por mais cerca de 30 km em um trecho não asfaltado no sentido sul. O acesso a Belo Monte se dá mais adiante, a aproximadamente 50 km de distância da cidade. Nesse ponto, o Sítio Belo Monte está bem próximo ao acesso à rodovia.

Mapa 2 – Fragmento do mapa. Apresentação do local das obras, com destaque para a posição das barragens (em roxo) em relação à BR 230 (Transamazônica) e em relação à “Boate Xingu”, supostamente uma casa prostituição.



Fonte: Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/02/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Além dos acampamentos, as obras de Belo Monte também ocupam, na Volta Grande, áreas destinadas ao porto construído em um trecho a jusante da casa de força principal, além de uma unidade de produção de cimento e da vila dos engenheiros e funcionários de alto cargo do consórcio, que está localizada próxima ao Sítio Belo Monte. Ao passo que as obras foram iniciadas em 2011, os engenheiros, que inicialmente ocuparam imóveis principalmente em Altamira, mudaram-se para a vila no final de 2013, quando esta ficou pronta. Até o final de 2013 os engenheiros ocupavam, prioritariamente, casas alugadas pelo consórcio em bairros de nível alto em Altamira, entre o centro da cidade e o aeroporto.

Acampamento é uma categoria que corresponde ao conjunto de atividades centradas na execução de uma obra por uma empresa de construção civil que reúne moradias e escritórios em arranjos variados. As acomodações temporárias dos acampamentos, além dos alojamentos propriamente ditos, reúnem centros de informática, biblioteca, ginásio e campo de futebol, sala de jogos, enfermaria e refeitórios. Em boa parte dos casos de construção de hidrelétricas, existe apenas um acampamento, uma vez que as atividades tendem a se concentrar em um local específico. O AHE Belo Monte é formado por três obras ocorrendo concomitantemente, logo existem três complexos do tipo. Em acréscimo aos acampamentos, outras estruturas foram erguidas de acordo com necessidades específicas e que não precisaram estar próximas aos canteiros. Este é o caso do porto que, em decorrência da estrutura de transporte preexistente na Volta Grande, localiza-se fora do trecho encachoeirado que interessa à geração de eletricidade, podendo conectar-se aos rios da bacia amazônica e ao Oceano Atlântico.

Com o início das obras, o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), ao chegar a Altamira em 2011, instalou seu escritório de Recursos Humanos (RH) na Rua Primeiro de Janeiro, entre a Travessas Lindolfo Aranha e a Travessa Comandante Castilho. O prédio que inicialmente funcionou como RH é uma construção de muros colados com as casas ao lado, localizada em uma área do centro da cidade ocupada por residências. Ele fica um pouco após um posto de gasolina que está na esquina da Rua Primeiro de Janeiro com a Lindolfo Aranha. Na sua imediações, na rua José Porfírio, existe um hospital e, em frente, um colégio, ambos de administração municipal.

O RH funcionou nessa localidade por cerca de dois anos, sendo transferido do local em 2013. Durante a época em que estava na rua Primeiro de Janeiro, muitas reclamações eram feitas em relação à presença dos trabalhadores que estavam em processo de contratação ou demissão, e que aguardavam no local. O posto de gasolina era o principal incomodado pela presença. O fluxo de trabalhadores no local somava-se aos frequentadores do hospital na José Porfírio, o que era potencializado devido ao fato de que ali se encontravam os pontos de ônibus tanto para linhas coletivas do município quanto para os ônibus que serviam de transporte exclusivo do consórcio. Na rua José Porfírio também concentram-se algumas lanchonetes, bares e restaurantes.

Posteriormente, o RH passou a ocupar o local atual, dessa vez não mais no centro da cidade, mas no novo bairro Alberto Soares. O bairro se localiza numa parte mais elevada do município, próximo ao 51º Batalhão de Infantaria da Selva (51º BIS). O novo RH foi totalmente erguido a partir de um terreno

desocupado e segue o padrão das construções presentes nos acampamentos: construções simples, feitas de aço em forma de pequenos galpões retangulares.

O RH é um complexo destoante do bairro no qual está instalado, assim como do resto da cidade, e é bem diferente das primeiras instalações. O CCBM oferece alojamento e refeitório dentro do RH. O lugar é bem organizado e sinalizado. Há segurança através de câmeras em todas as partes e o lixo é recolhido separadamente. Nas imediações do RH, existem pequenos restaurantes, lanchonetes, ponto de ônibus e de moto-táxi, e locais onde se pode tirar fotocópias de documentos e fotografias 3x4.

A função do RH na cidade é, basicamente, manejar as vagas de emprego nas obras, alocando uma grande quantidade de trabalhadores. A entrada é controlada por duas portarias e todos necessitam de crachás de identificação. Todos os dias, começando por volta de 7 horas da manhã, as atividades do dia são anunciadas por funcionários próximos aos portões. As atividades correspondem às listas de homens e mulheres que serão convocados para passar por distintas etapas na fase de recrutamento.

Dramas humanos no “tornar-se” e no “deixar de ser” trabalhador de Belo Monte.

A literatura antropológica, ao falar de trabalhadores em sistemas industriais, como o caso da construção de Brasília (RIBEIRO, 2008), Yacyretá (RIBEIRO, 1991), das fábricas de tecido em Paulista, Pernambuco (LEITE LOPES, 1988), ou da Companhia Siderúrgica Nacional (MOREL, 1989), traz como um tema central a necessidade de imobilização da força de trabalho. Para isso, é preciso construir moradias destinadas aos funcionários, evitando a sua dispersão, que “[...] implicaria não poder efetivamente subordiná-los a um controle cotidiano ajustado aos interesses da atividade produtiva, o que é garantido pela imobilização da força de trabalho no acampamento” (RIBEIRO, 2008, p. 127).

Este também é o caso de Belo Monte, uma vez que a presença de acampamentos atende a maioria dos trabalhadores que atuam na obra e é uma das maneiras pelas quais o consórcio responsável consegue dar conta de administrar o contingente humano necessário para a realização das obras. Abordo, neste artigo, a maneira como essa grande quantidade de pessoas envolvidas no projeto de construção exerce impacto sobre a cidade de Altamira e como os trabalhadores experimentam certas características do grande projeto em que trabalham. Nos

dias atuais, a ocupação humana na região vem imprimindo seus efeitos a partir dos resultados imediatos das obras na região de Altamira.

A área da antropologia preocupada com a investigação do desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas pretende estudar a maneira como ocorrem os eventos significantes para a sua expansão. Estes processos estão bem exemplificados na maneira como os sistemas fabris se constituem. O surgimento destes sistemas envolve a construção de unidades produtivas e a operação das mesmas. Uma vez que construção e operação muitas vezes envolvem atividades de natureza bastante diversa, pode-se dizer que há a indústria propriamente dita e uma indústria de “fazer indústrias”, que é o caso da construção civil pesada. Comparando a construção com a operação, uma usina hidrelétrica emprega muito mais trabalhadores durante as obras do que durante o seu funcionamento, dadas as necessidades de profundas alterações na geografia local, desviando curso de rios e construindo canais e barramentos.

Esta diferença no número dos contingentes de trabalhadores faz com que a construção de uma hidrelétrica de grande porte seja um grande evento para as cidades próximas a ela. Por um tempo são anunciados os benefícios de sua execução, no seu decorrer há um crescimento da populações e dos serviços ofertados na cidade. Para o comércio, a existência de um projeto como esse significa um aumento exponencial no números de consumidores potenciais. A sua conclusão é acompanhada por uma retração populacional, uma vez que as atividades que persistem após o fim das obras não chegam perto de fornecer o número de empregos que existiam durante a construção.

Há, dessa forma, uma questão presente a partir do momento em que as autoridades competentes decidem pela contratação de empresas que irão construir uma hidrelétrica: os assentamentos urbanos na região próxima ao projeto de construção receberão um contingente humano que ficará ali somente durante a construção. Sabe-se que a maioria deste contingente será de homens solteiros ou desacompanhados das famílias que estabelecerão residência em períodos, que vão de alguns meses a poucos anos, no máximo.

O estudo realizado junto aos trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte, em Altamira, não abordou os elementos que caracterizam a imobilização do trabalhador dentro dos acampamentos enquanto algo em si, uma vez que não tive acesso à área de construção, onde os trabalhos são realizados. A partir daí, procurei entender a maneira como esta imobilização se torna possível dentro de um contexto regional preexistente e como transcorre uma parte importante da vida nesse sistema de trabalho: as passagens pela cidade. Desta forma, a visão que

se obtém dos sujeitos neste contexto possui fortes elementos de contraste com o centro urbano enquanto contexto prévio, exaltando características que definem estes trabalhadores como um tipo específico de migrantes.

O crescimento do núcleo urbano de Altamira esteve relacionado com a exploração de recursos da floresta como a borracha e a madeira, e também com os planos estatais de desenvolvimento regional, como no caso da construção da BR-153 e da rodovia Transamazônica. A execução de Belo Monte pode ser encarada como uma continuação dos planos de expansão econômica da região, baseados em pesquisas realizadas por órgãos federais, como o Projeto Radam, e executados por empreendimentos privados. A ocupação humana durante a construção da Transamazônica foi um fenômeno explorado por Emílio Morán (1981) enquanto uma experiência de criação de comunidades rurais ao longo da rodovia. Belo Monte é um evento mais localizado ao redor da Volta Grande do Xingu e mais denso em termos populacionais.

A configuração atual de Altamira possui elementos característicos dos processos de aglomeração urbana causada pelos planos de desenvolvimento do Estado brasileiro e dos ciclos migratórios comuns às cidades industriais ou em processo de industrialização. Os operários da construção civil pesada na cidade estabelecem uma dinâmica que corresponde a uma relação entre populações locais e trabalhadores temporários que migram e ocupam o espaço urbano de forma transitória. Este foi um tema explorado pela antropologia urbana em seu início, entre os pensadores da Escola de Chicago, como Park (1987).

A presença da hidrelétrica no local, desde a fase de elaboração do projeto e das consultas populares, significa uma configuração espacial e temporal específica (ROCHA, 2014) e coloca em descompasso os executores do projeto e a população local. No caso do meio urbano pesquisado, esta população local é composta pelos moradores que habitam previamente Altamira, que podem ou não desempenhar atividades econômicas relacionadas com as obras. Um dos efeitos do descompasso é a incapacidade de se ter uma previsão sobre o destino da economia local após o término das obras. Ao mesmo tempo, a procura por um rápido faturamento, no contexto aquecido pelo influxo de capitais na região, provocou uma alta generalizada nos preços de bens e serviços em Altamira.

As opiniões a respeito da hidrelétrica dividem a população local com quem conversei. Algumas pessoas relatam a importância de se manter o Xingu da maneira como está, preservando a sua vazão e as áreas nas suas margens. Outras pessoas relatam as vantagens do projeto hidrelétrico que abriu novas oportunidades de trabalho para comerciantes e prestadores de serviços. Outro fator positivo

levantado foi o das vantagens em se ter o acesso, agora, a recursos minerais como o ouro, que existiriam no leito do rio e que estariam sendo descobertos por meio de intervenções em escala industrial.

As atividades que alteram as configurações do rio tencionam a opinião pública a respeito das vantagens da barragem, apresentando-se tanto opiniões favoráveis como contrárias. No que diz respeito à cidade de Altamira, os efeitos da presença da obra sobre o município atraem poucas opiniões positivas. O trânsito congestionado nas saídas da cidade e o aumento da violência somam-se aos atrasos nas obras de saneamento prometidas pelo projeto da hidrelétrica e fazem que, no contexto urbano, configure-se um cenário de desconforto e insegurança.

Os trabalhadores, junto aos quais realizei meus estudos, não se encaixam na categoria de “planejadores” ou “tomadores de decisão”, não possuindo uma ação direta sobre as decisões de como decorre a construção. Todavia, não fazem parte da “população local”. Mesmo entre aqueles trabalhadores que habitam Altamira, muitos não possuem documentos para alegar residência local. Os trabalhadores não são responsáveis pela existência do projeto, pela realização das obras da forma como acabou sendo, nem pelos atrasos no cumprimento dos acordos no que diz respeito à infraestrutura urbana. Eles também não são moradores locais, apesar de acessar serviços específicos da cidade e a frequentarem periodicamente.

Dessa forma, quem trabalha nas obras faz uso da cidade sem estar na categoria de residente, e se torna agente das mudanças introduzidas pelas obras pelo fato de que a sua própria presença é a reverberação dos efeitos delas no contexto urbano. Em especial, a condição de “peão”² encarna problemas oriundos da implementação do projeto hidrelétrico no meio urbano. Estes trabalhadores estão nas pontas das hierarquias da obra, não dispendo dos aparatos para uma acomodação temporária na região tal e qual os engenheiros e funcionários de cargos elevados, que possuem veículos de trabalho, casas e diárias em hotéis. Sua presença está mais imersa no cotidiano de Altamira, onde dividem, de maneira mais direta, os serviços com a população.

Os envolvidos na construção do projeto, comportando todos os funcionários do consórcio responsável, os executivos, engenheiros e os “peões”, possuem um tempo de trabalho relativamente curto no local, dada a característica específica da indústria da construção civil pesada, já bem discutida por Ribeiro

² Termo pejorativo comumente utilizado para designar o trabalhador com menos qualificação dentro da hierarquia de um obra.

(1991). O que observei foi que, apesar de uma inegável efemeridade de todo o processo de construção, a rotina das pessoas que se estabelecem na região para trabalhar nesse contexto é presente nos núcleos urbanos anexos. Dessa forma, deve-se considerar não somente a dinâmica que se estabelece no sistema “fábrica/vila operária” (LEITE LOPES, 1988) ou, mais especificamente, no sistema “grande obra/acampamento” (RIBEIRO, 2008), mas também na relação entre o sistema dos postos de trabalho e dos alojamentos em conjunto com os núcleos urbanos próximos, quando estes existem.

A observação de uma cidade próxima a uma grande obra permitiu ver a maneira como a vivência dos trabalhadores ocorre em termos opostos àqueles que se estabelecem na relação acampamento/grande projeto. Enquanto que, dentro dos portões das obras, no território controlado pelo consórcio, tudo está voltado para a manutenção da ordem, imobilização e controle das pessoas que trabalham, a cidade está associada a trânsitos e consumos que fogem dos enquadramentos disciplinares dos alojamentos. A cidade é a porta de entrada para a região, nos movimentos que podem ocorrer de modo regular, como no caso das “baixadas”³. A chegada e saída de novos residentes também atestam o ritmo das contratações e demissões.

O acesso aos serviços urbanos por parte dos trabalhadores residentes no alojamento, assim como por aqueles que moram no meio urbano temporariamente, não é algo levado em conta no planejamento do cenário da execução das obras. Espera-se, em certa medida, que o aparato oferecido pelo consórcio dentro dos alojamentos seja suficiente para manter todos entretidos entre as “baixadas”. A proibição do consumo de bebidas alcoólicas, assim como do contato com pessoas do sexo oposto dentro da área do consórcio, acabam sendo um motivo que leva muitos a frequentarem a cidade. Os trânsitos que configuram o período de folga semanal, concentrada no domingo, criam situações de maior aglomeração de trabalhadores na cidade, gerando um contraste com a população local, e evidenciando a falta de espaço para os trabalhadores dentro da cidade. Acaba-se, portanto, por utilizar um espaço público específico: as calçadas e ruas na margem do Xingu, que passam a ser utilizadas intensamente como local de parada para a música, para as brincadeiras, romances e consumo de álcool.

As aglomerações de trabalhadores demarcam a maneira como uma grande obra difere de uma cidade de pouco menos de 100 mil habitantes, como era o

³ Folga periódica para trabalhadores com residência fora da área do projeto, para as quais são fornecidas passagens de ônibus ou avião.

caso de Altamira antes da chegada de Belo Monte. As aglomerações são súbitas e para elas não existe plano de ação diferente da ação policial, atuante durante as confusões e crimes que porventura ocorram. O grande número de pessoas que se aglomera poderia ocupar uma área duas ou até três vezes, maior do que o espaço utilizado. O acréscimo populacional, entretanto, não justifica investimentos de longo prazo, dado o término das obras em um período relativamente curto. A presença dos trabalhadores na cidade demonstra o descompasso entre os limites dos investimentos voltados para a população e economia locais e os efeitos da enorme capacidade de mobilização de pessoas do consórcio construtor de uma grande obra.

A chegada, saída ou a frequência de trabalhadores na cidade associa-se às ideias de “invasão” e “risco”. Estas se compõem sobre a maneira como são realizadas as “fugas” das rotinas de vida dos alojamentos, marcadas pelas histórias de abuso no consumo de bebidas alcoólicas, e brigas que se concentram na primeira semana após o recebimento dos pagamentos. A inexistência de uma residência fixa na cidade é um fator agravante, que faria com que os mesmos trabalhadores tivessem menos o que “perder” em situações de violência. As obras colocam a cidade toda num certo ritmo diferente e o trabalhador costuma ser um dos vetores do estranhamento entre o moradores e o projeto. Os trabalhadores que ocupam os cargos mais baixos da hierarquia da construção civil pesada são aqueles que acabam por figurar mais intensamente no cenário urbano. Em boa medida, a “invasão” ocorre pela ausência de ampliação dos espaços públicos voltados para esses trabalhadores.

Observar a maneira como os trabalhadores inserem-se na cidade de Altamira, partindo da análise das situações mais comuns das quais participam, assim como da maneira mais comumente empregada para lembrar de suas presenças, possibilitou encontrar algumas peculiaridades relativas aos problemas decorrentes da implementação da hidrelétrica sobre um núcleo urbano. Tratam-se de questões diferentes das correspondentes à construção de Belo Monte com relação às temáticas indígenas ou ambientais. Estas possuem atores mais definidos (o CCBM, a Eletronorte, a Norte Energia, as populações nas áreas de impacto e suas organizações políticas).

Ao contrário, no âmbito das negociações sobre o destino dos territórios impactados pelas mudanças do curso do Xingu, discutem-se os efeitos permanentes no meio físico, social e cultural, levando eventualmente a revisões nos projetos hídricos e nos projetos ambientais em vigor, no meio urbano os resultados parecem ser mais imprevisíveis. A geologia, geografia e engenharia conse-

guem prever com bastante precisão para onde o rio irá jogar suas águas em cada arranjo proposto; já as empresas contratantes, os administradores do alojamentos e os gestores públicos urbanos pouco sabem quais serão as condições dos residentes temporários da região.

A presença dos trabalhadores pesquisados na cidade diz respeito aos processos de chegada e de saída, e às folgas semanais. Chegar e sair da região, assim como dos postos de trabalho nas obras, são processos análogos e opostos, marcados pela lentidão em “fichar” e “correr a quita”⁴. Durante esses dois períodos é quando a condição desterritorializada se torna mais evidente, dada a indisponibilidade dos alojamentos quando não se trabalha. A administração do dinheiro também é um fator importante, para os trabalhadores em trânsito, dados os preços elevados de acomodação e alimentação, em Altamira, praticados durante as obras.

Apesar da condição transitória daqueles que podem ser chamados de “trabalhadores de barragens”, “barrageiros” ou “peões”, a “presença” dessas pessoas em Altamira foi pensada por mim como uma existência impactante e, em boa medida, componente de um drama intenso. Coloco o este último termo em destaque para afirmar como este pode ser entendido enquanto um termo relacional que depende da existência em um contexto. Este, no caso, é o de uma cidade do Xingu e da Transamazônica, de imenso território, e que foi palco de debates a respeito dos direitos de populações indígenas, rurais e extrativistas nas últimas décadas. A visibilidade dos trabalhadores de Belo Monte de certa forma é reduzida pela importância de outras agendas de discussão.

Não posso afirmar que a minha pesquisa produziu uma visão do que seria o “modo de vida” do trabalhador de Belo Monte. O que consegui, nesse sentido, foi relatar um pouco do “tornar-se” e do “deixar de ser” trabalhador nessa grande obra. Creio que durante todo o tempo lidei com travessias de fronteiras que separam a cidade dos canteiros, a condição de “pessoa de fora” e de morador local. Esta foi a maneira que utilizei para pensar um cenário em que, como diz Ulf Hannerz, “as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam mas, curiosamente, são atravessadas.” (HANNERZ, 1997, p.8). Os trânsitos, que podem ser pensados enquanto fluxos, tema debatido pelo autor mencionado, são bons para pensar as fronteiras que são estabelecidas e repercutem no cotidiano. Este trabalho tem interesse na explicação dos efeitos de suas travessias. Desta forma, o trabalho aqui sistematizado sobre os resultados

⁴ Termos correspondentes à contratação e demissão, respectivamente.

de minha pesquisa de campo, diz mais respeito aos modos de contratação e demissão de funcionários, assim como as diferenças entre o modo de vida dos trabalhadores das obras da hidrelétrica e aquele mais próprio dos moradores de Altamira. Isto está em relação direta como a minha escolha por estudar o núcleo urbano próximo às obras.

Este também foi um testemunho do que aconteceu em Altamira no início de 2014, à luz da conjuntura política das obras daquela que será a maior hidrelétrica brasileira quando concluída. Reconhecendo a comunidade de pesquisadores que vêm se dedicando a discutir a necessidade, os efeitos e as contradições do AHE Belo Monte, procurei retratar como ocorreu a passagem de uma parcela dos trabalhadores envolvidos nas obras e que acabaram por chegar e instalar-se na região. Minhas intenções foram de construir uma pesquisa que desse conta de discutir tanto aspectos do projeto em si, como do crescimento do núcleo urbano de Altamira e também das rotinas de quem ali chega.

Espero oferecer contribuições para a discussão das condições de vida e de trabalho de atores por trás de grandes eventos nacionais, cujos holofotes muitas vezes não os iluminam suficientemente. Os trabalhadores de grandes obras, atuantes na indústria da construção civil pesada, desafiam a etnografia por mover-se de acordo com a execução de cada projeto de construção. O investimento numa etnografia que possui como foco os trabalhadores de empresas presentes em grandes eventos da economia e política mundiais, tendo como ponto de partida o contexto urbano, mostrou-se profícuo para a compreensão de estratégias em contextos complexos que são difíceis para a vivência e o trabalho da pesquisa de campo.

Belo Monte ainda não funciona de maneira plena. A quantidade de energia a ser gerada ainda não foi colocada à prova, da mesma forma como os efeitos do barramento do rio ainda não foram observados. As consequências para o ambiente ocorrerão especialmente quando as obras estiverem concluídas e quando Belo Monte estiver em relação com os regimes de água próprios do Xingu. A construção de outras centrais elétricas no rio é uma possibilidade que, apesar de descartada por alguns setores, pode vir a acontecer nas próximas décadas. Para esses ou novos empreendimentos, a hidrelétrica na Volta Grande será uma experiência que orientará novas medidas da engenharia, que testa processos, técnicas e máquinas. Dessa forma também deve ser para as ciências sociais, que podem compreender melhor os efeitos de um empreendimento desta escala na atualidade, de forma a contribuir para a discussão que visa evitar ou ao menos minimizar os efeitos negativos do crescimento do setor hidrelétrico brasileiro e seus atuais impactos sobre as cidades e os rios da Amazônia.

NOTES FOR STUDIES OF DAM WORKERS: A PORTRAIT OF BELO MONTE AND ALTAMIRA IN EARLY 2014

ABSTRACT: *This article presents the results of my master's degree research, in which I discuss the situation of the city of Altamira, state of Pará, in the beginning of 2014. The facts are presented about the construction of the Belo Monte Hydroelectric Complex and the presence of its workers in the region. Here I bring reflections on the studies of hydroelectric endeavors in the Social Sciences and I describe the urban environment of Altamira and its region. I finish rising questions about the place occupied by the workers in the studies regarding dam construction projects and what importance the urban environment has in this context.*

KEYWORDS: *Workers. hydroelectric dams. Altamira. Belo Monte. Urban space.*

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. G. R. **As margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil:** desafio antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades. 2007. 318 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7487/1/2007_LuisGuilhermeResendeAssis.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CRUZ, C. B. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.1, p.181–190, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/download/9975/5920>> . Acesso em: 25 abr. 2016.

DIAMOND, S.; POIRIER, C. Brazil's Native Peoples and the Belo Monte Dam: A Case Study. **NACLA Report on the Americas**, New York, v.43, p.25–29, 2010. Disponível em: <<http://www.loisellelab.org/wp-content/uploads/2015/08/NACLA-2010.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pará:** Altamira: Censo demográfico 2010. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150060>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **MANA**, v. 3, n. 1, p. 7–39, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

KARPINSKI, C. **Sobre as águas a memória:** relações de poder e subjetividades durante a implantação da usina hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). 2007. 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89851/238392.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em 22 de mar. 2016.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** 4.éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 485 p.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** Brasília: Ed. da UnB, 1988. 623 p.

MORÁN, E. F. **Developing the Amazon.** Bloomington: Indiana University Press, 1981. 292p.

MOREL, R. L. M. **A Ferro e fogo:** construção da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). 1989. 506 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA FILHO, J. P; COHN, C. (Ed.). **Belo Monte e a questão indígena.** Brasília: ABA Publicações, 2014. 337 p.

PARK, R. E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.) **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 26-67.

PAZ, L. R. L. **Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia:** Desenvolvimento Sustentável?. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético) – Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/pazlrl.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança:** a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Ed. da UnB, 2008. 276 p.

_____. **Empresas transnacionais:** um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero: Anpocs, 1991. 189 p.

ROCHA, H. J. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social:** Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p.

259–280, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações:** Um estudo de caso sobre a Barragem de Itá. 2003. 191 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufjf.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

